

abrangente estudo sobre o quadro socioeconômico do Estado mais importante da Federação

nia, mas produção se descentraliza

SERVIÇO

Título

Economia Paulista – Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005

Organizadores e autores

Wilson Cano
Carlos Antônio Brandão
Cláudio Schüller Maciel
Fernando Cezar de Macedo

Demais autores

Carlos E. G. Cavalcanti
Darcilene Cláudio Gomes
Elmer Nascimento Matos
Giovana Carolina de Resende Pinto
Gustavo Zimmermann
Hipólita Siqueira

José Alberto de Ângelo

José Sidnei Gonçalves
Luís Fernando Novais
Marcio Pochmann
Mário Roque Bonini
Paulo José Coelho
Ricardo Azevedo Silva
Sueli Alves Moreira Souza

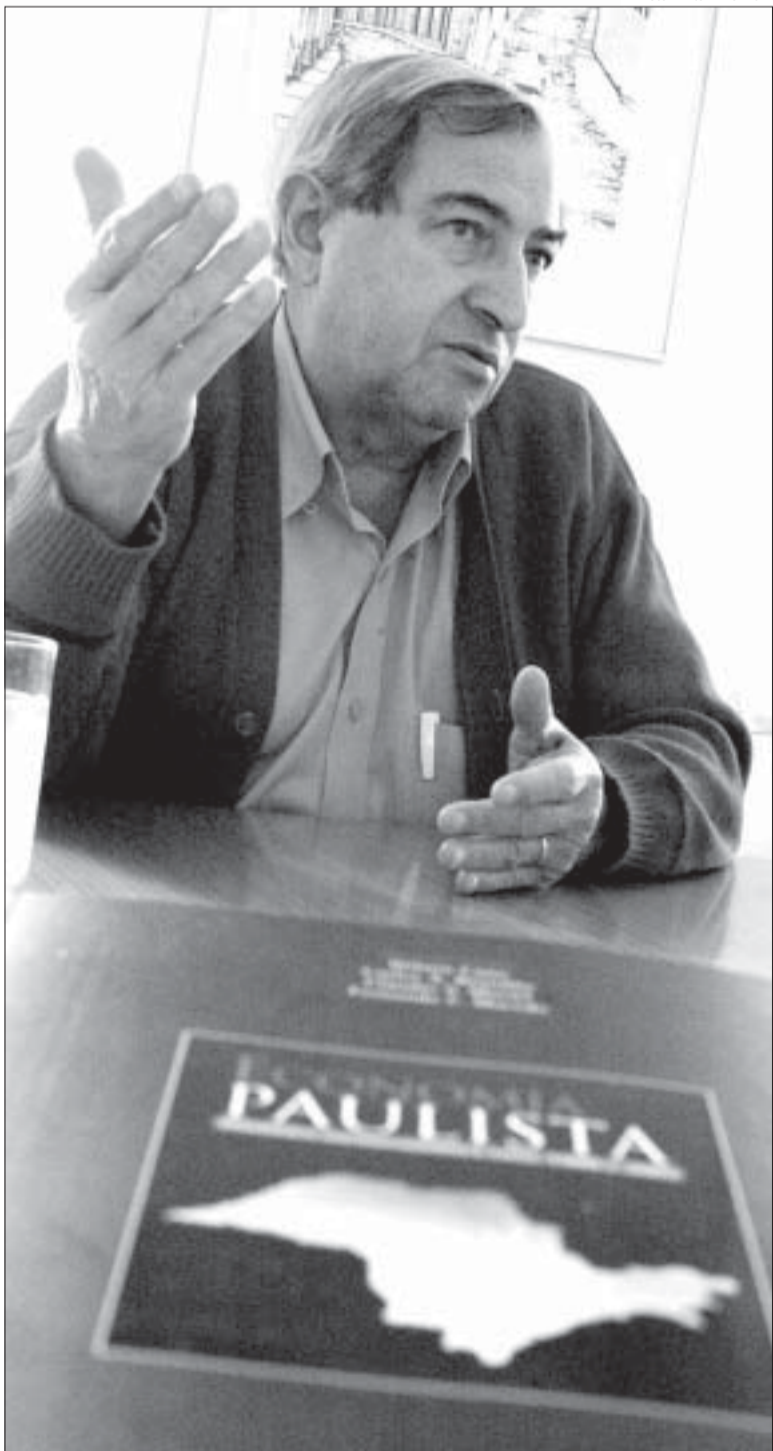
Editora Alínea

(www.atomoealinea.com.br)
ISBN: 978-85-7516-166-1
Edição: 2007
Páginas: 574
Formato: 210x270cm
Preço de capa: R\$ 120

OBS: O livro pode ser adquirido no Serviço de Publicações do Instituto de Economia da Unicamp: www.eco.unicamp.br/index.html



Foto: Antoninho Perri



O professor Wilson Cano, que coordenou as pesquisas e é um dos autores e organizadores do livro: quase 100 anos de história econômica do Estado de São Paulo

Algumas das conclusões da pesquisa

O livro *Economia paulista – Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* foi organizado pelos pesquisadores Wilson Cano, Carlos Antônio Brandão, Cláudio Schüller Maciel e Fernando Cezar de Macedo, todos do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (Cede) do Instituto de Economia da Unicamp.

Em dez capítulos, o livro foca o espaço total do Estado de São Paulo, tratando das linhas gerais do movimento da economia brasileira e paulista, apontando os principais desdobramentos demográficos e urbanos, e analisando os grandes marcos produtivos (indústria, agropecuária e serviços). Contempla, ainda, uma análise de cada uma de suas 15 Regiões Administrativas (RAs).

Assim, o livro passa obrigatoriamente por temas relevantes como os efeitos sociais (emprego e renda), infra-estrutura e privatizações, finanças públicas estaduais e municipais, e ciência e tecnologia. Transcrevemos a seguir algumas das principais conclusões do trabalho:

É notória a perda de participação do Estado de São Paulo no PIB nacional, com quedas sucessivas dos 39,5% em 1970, para 37,3% em 1990 e 32,1% em 2003. Este decréscimo decorreu das políticas nacionais para a desconcentração regional a partir dos anos 1970 (de elevado crescimento) e, posteriormente, como resultado do ajuste recessivo dos anos 1980 e do neoliberalismo imposto desde 1990.

Na década de 90, também de crescimento pífio, contribuíram para esta perda de participação no PIB a notável expansão da fronteira agrícola e da mineração periféricas. E, ainda, as ações de vários outros estados para a atração de investimentos, levando indústrias para fora de São Paulo, aumentando a desconcentração pela guerra fiscal.

Contudo, o Estado de São Paulo continua sendo o centro dinâmico da economia nacional. Sua indústria de transformação, a maior e mais diversificada, respondeu em 2003 por 44% do valor de transformação industrial do país; sua agricultura, também a mais moderna e tecnificada, no mesmo ano, era quase ¼ da nacional; seu terciário apresenta a mais diferenciada gama de serviços, com particular destaque para os intensivos em conhecimento. As exportações totais paulistas, em 2005, equivaliam a 1/3 das brasileiras, mas as de produtos manufaturados participavam com cerca de 50%.

Além das conhecidas transformações demográficas e urbanas ocorridas no país (novas estruturas etárias, melhoras de indicadores sociais e demográficos, diminuição da fecundidade e natalidade etc), São Paulo mantém-se como principal receptor nacional dos fluxos migratórios interestaduais (cujo estoque em 2000 era de 8,8 milhões de nacionais não-paulistas, representando 24% da população do Estado), além de ver aumentados seus fluxos intra-estaduais.

O Estado tem área de 247,8 mil km² (2,9% do território do Brasil), pouco mais de 40 milhões de habitantes (1/5 da nacional), renda de 1/3 do PIB brasileiro, taxa de população de urbanização de 93,4% e uma população urbana que perfaz 25% da congênera nacional.

Abriga as estruturas econômicas e urbanas mais densas e complexas do país, com a alta primazia e poder de comando sobre a rede urbana paulista (645 municípios) e brasileira. Sua capital tinha em 2000 cerca de 10 milhões de habitantes, e a Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 18 milhões, dos quais aproximadamente 7,5 milhões abaixo da linha de pobreza.

Malgrado o processo de interiorização, permanece a grande concentração espacial da população e da riqueza nos grandes espaços metropolitanos, onde os processos de periferização, segregação e pobreza também se avolumaram.

O setor agropecuário passou por intensa introjeção tecnológica, com fortes aumentos da mecanização da colheita, uso de produtos químicos, alteração de novos cultivares e matrizes e adensamento de plantio. Isso resultou em expressiva redução de área plantada e de emprego (notadamente de bóias-frias e peões), forte aumento da produção (a participação do estado no PIB agrícola nacional quase dobra) e da produtividade.

Esta modernização deu-se mais em virtude da intensificação de seu comércio exterior e da produção de energéticos, notadamente do álcool de cana. Carnes, açúcar e álcool, laranja, soja e milho respondem por 94% da área plantada e 74% do valor de produção. Isso decorre do fato de que o setor agro paulista é o mais diversificado do país.

A indústria de transformação do Estado de São Paulo foi a mais duramente atingida do país, tanto durante a década de 80, quanto, principalmente, a partir da introdução das políticas neoliberais do período seguinte, com fechamento e desnacionalização de plantas, mutilação de cadeias produtivas, inibição do investimento e forte redução do emprego.

A guerra fiscal foi responsável pela saída de indústrias, notadamente da automobilística e de produtos eletrônicos e nos ramos têxtil, de calçados e de vestuário. O crescimento industrial foi medíocre, tanto assim que a estrutura produtiva regrediu, com o setor agro aumentando sua participação no PIB e o industrial, diminuindo-a.

Esta desconcentração teve como área mais afetada a RMSP, cuja participação na indústria brasileira cai sucessivamente de 43,5% em 1970 para 16,9% em 2004. Por outro lado, o interior paulista vem aumentando seu peso na indústria nacional, subindo de 14,7% em 1970 para 26,2% em 2004, contrabalanço os efeitos negativos para o Estado.

O terciário paulista, além de manter as demandas por serviços básicos de toda a população, concentra os segmentos mais complexos que atendem aos requisitos de modernização necessária aos setores produtivos materiais (indústria e agricultura) e que atendem aos padrões de consumo mais elevados e sofisticados. É o centro nacional de vários deles, como por exemplo, os financeiros, de consultoria tecnológica, de maior sofisticação em comércio, saúde, educação e cultura.

Por outro lado, o crescimento do setor de serviços reflete também o baixo dinamismo da economia brasileira, que nos últimos 25 anos inchou os centros urbanos com toda sorte de informalidade e serviços domésticos e pessoais.

Para o conjunto do Estado, entre 1991 e 2000, apenas o setor serviços ampliou o emprego, para compensar o elevado desemprego causado pela agricultura e pela indústria (respectivamente de -25,3% e -17,2% no período). Restaram apenas os novos empregos em serviços, cujas ocupações que mais cresceram foram justamente aquelas que mais precarizam e informalizam o trabalho: autônomos (+54%), empregado doméstico (+38%) e dos sem remuneração (+10%).

O Estado concentra parcela importante do esforço nacional de C&T, colocando-se em condições relativamente privilegiadas em caso de retomada dos investimentos produtivos no país. Sustentado pelo eficiente Sistema Público Estadual de C&T (SPECT) – do qual fazem parte 20 institutos de pesquisa, 7 instituições de ensino superior e uma agência de fomento –, o Estado de São Paulo exerce importante liderança nas articulações de C&T no país. Isto indica vantagens locais significativas para atrair investimentos de maior conteúdo tecnológico e inovador. Acrescente-se o fato de que o estado hospeda importante número de instituições federais de pesquisa e ensino.